

# LINGUAGEM, CORPOREIDADES E DOCILIZAÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR: DOS CORPOS DISSIDENTES

*Lisandra Amparo Ribeiro Pimentel* (UNEB)

[lispiment@hotmail.com](mailto:lispiment@hotmail.com)

*Gilberto Nazareno Telles Sobral* (UNEB)

[gsobral@uneb.br](mailto:gsobral@uneb.br)

## RESUMO

Foco da pesquisa da dissertação de mestrado em andamento, as formações discursivas perpetradas no espaço escolar com vistas ao silenciamento e à negação da dissidência de gênero e sexualidade, este artigo tem como principal objetivo tecer discussões acerca da importância da linguagem no processo de docilização de corporeidades e subjetividades. Para tanto, este estudo estruturou-se em uma abordagem atravessada pelos Estudos Culturais no tocante aos Estudos Subalternos e aos Estudos *Queer* e costuradas a partir das teorias althusseriana e foucaultiana referentes à docilização e se uma breve revisão literária, consubstanciada por uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo-exploratório e de natureza qualitativa, viabilizada por bases de dados eletrônicas, repositórios acadêmicos e livros. A organização do espaço, os instrumentos pedagógicos, as formações discursivas que atravessam o processo educacional dentro do ambiente escolar são elementos constitutivos de uma ideologia focada na hierarquização de corpos e na manutenção de poder por determinados sujeitos a partir da docilização de corporeidades. Por meio de mecanismos de controle – do currículo às formações discursivas docentes –, a escola se corrobora enquanto aparelho ideológico do Estado, sobretudo pela normalização e disseminação de uma heteronormia como padrão de comportamento, promovendo silenciamentos e negações várias.

## Palavras-chave:

Escola. Linguagem. Docilização de subjetividades dissidentes.

## ABSTRACT

Research focus of the master's dissertation in progress, the discursive formations perpetrated in the school space with a view to silencing and denying gender and sexuality dissent, this article has as main objective to weave discussions about the importance of language in the process of docilization of corporealities and subjectivities. For this purpose, this study was structured in an approach crossed by Cultural Studies with regard to Subaltern Studies and Queer Studies and sewn from the Althusserian and Foucaultian theories regarding docilization and subalternization of subjects. As for the methodological procedures, a brief literary review was developed, based on a descriptive-exploratory and qualitative bibliographic research, made possible by electronic databases, academic repositories and books. The organization of the space, the pedagogical instruments, the discursive formations that cross the educational process within the school environment are constitutive elements of an ideology focused on the hierarchy of bodies and the maintenance of power by

certain subjects from the docilization of corporealities. Through control mechanisms – from the curriculum to the discursive teaching formations – the school corroborates itself as an ideological apparatus of the State, above all through the normalization and dissemination of a heteronorm as a pattern of behavior, promoting silences and various denials.

**Keywords:**

Language. School. Docilization of dissenting subjectivities.

### ***1. Considerações iniciais***

Sabe-se que muitos são os meios utilizados ao longo da história da humanidade para o estabelecimento, manutenção, controle e usurpação de poder nas mais diversas conjunturas sociais; e a escola configura-se como um desses aparelhos, devidamente organizado e sistematizado com esses propósitos – das formações ideológicas e discursivas que se materializam por meio das linguagens à domesticação de corpos com vistas à exortação de subjetividades e/ou dissidências.

Que a configuração do espaço escolar para a diversidade sempre se mostrou falaciosa, disso não há dúvidas, haja vista o esforço disciplinado de toda uma conjuntura de corpos, discursos, sistemas, objetos, meios e ideologias devidamente organizados e monitorados para que modelos e padrões sejam carimbados, reforçados, disseminados e corroborados dentro e fora dos muros da escola. Por muito tempo, quaisquer dissidências amargaram uma condição de desigual, de diferente, de adverso, sendo continuamente assujeitadas ao isolamento, às violências e à exclusão. Embora muitas conquistas sociais, políticas e jurídicas já sejam uma realidade hoje, ainda são muitos os casos e espaços em que as subjetividades dissidentes são confinadas à invisibilidade e ao silenciamento de seus corpos, a exemplo da escola.

Entender como o espaço escolar promove o silenciamento da dissidência, antes de mais nada, é um exercício de estranhamento e empatia, pois as diferenças são constituintes inegáveis à percepção do coletivo social e não devem ser assentidas como “aleijões” em decorrência do equívoco que é a padronização de corpos. Fato é que “historicamente, nenhum outro espaço institucional foi tão claramente usado como tecnologia de normalização quanto o escolar” (MISKOLCI, 2012, p. 52).

Muitos sujeitos acabam por exercer um poder, consciente ou inconscientemente, sobre o outro de tal forma que pode ocasionar uma série de violências simbólicas sobre suas subjetividades, subalternizando-

as ou negligenciando-as por meio de negações, invisibilizações, silenciamentos, domesticações/modelações corpóreas, entre outras. Sendo a escola um espaço em que a diversidade e as diferenças deveriam ser acolhidas, elenca-se a seguinte problemática: como e por que meios uma instituição de ensino viabiliza tantas violências simbólicas contra sujeitos em formação?

Nesse sentido, o presente estudo, da percepção de que há um contexto de castrações, negações e reforços perpetrados por sujeitos contra outros sujeitos em meio a um espaço que deveria ser de respeito e tolerância, delimita a sua abordagem pelo tema a seguir: *Linguagem, corporeidades e docilização de subjetividades no espaço escolar: dos corpos dissidentes*.

O presente artigo tem como principal objetivo tecer discussões acerca da importância da linguagem no processo de docilização de corpos e de negação de subjetividades perpetradas no espaço escolar, sobretudo no que tange às questões de gêneros e de sexualidades. Para tanto, este estudo estruturou-se em uma abordagem atravessada pelos Estudos Culturais no tocante aos Estudos Subalternos e aos Estudos *Queer* (gêneros, sexualidades) e costuradas a partir das teorias althusseriana e foucaultiana referentes à subalternização de sujeitos.

Em se tratando de metodologias, os procedimentos metodológicos selecionados para a confecção deste constructo teórico foram a revisão de literatura e o estudo de caso, de sorte que um complementa o outro. A seleção de literatura se fez por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo-exploratório e de natureza qualitativa, viabilizada por repositórios acadêmicos, livros e por meio de bases de dados eletrônicas (SciELO, Google Acadêmico, Lilacs), cujos descritores foram: linguagens, sociedade, corporeidades, docilização, Aparelhos Ideológicos do Estado, escola, gêneros, sexualidades, dissidência.

Destarte, o estudo segue a discorrer sobre a atuação da instituição escolar enquanto aparelho ideológico-discursivo no que tange ao processo de docilização de subjetividades dissidentes, especialmente por meio de aparatos pedagógicos de normalização – dos livros didáticos a formações discursivas docentes.

## **2. *Linguagem, corporeidades e escola: das formações ideológico-discursivas à docilização de subjetividades***

Por meio de um sem número de instrumentos, técnicas, metodologias, formações discursivas, a instituição escolar validou-se enquanto aparelho ideológico do Estado, promovendo as mais variadas formas de controle sobre corpos e subjetividades, sobretudo no que se refere à performatividade de gênero e/ou às questões relativas às sexualidades dos sujeitos. E em se tratando de corpos dissidentes, essa rotina de vigilância e docilização, além de perene, mostra-se compulsoriamente mais enfática, basta lançar um olhar mais atento ao entorno da conjuntura educacional hodierna.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação constituem-se em espaços de construção das “diferenças” de gênero, de sexualidade, de etnia, de classe. Por meio de mecanismos imperceptíveis e “naturalizados”, a linguagem institui e demarca lugares (não apenas pelo ocultamento do gênero feminino ou da sexualidade homossexual, mas, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso ou rejeição do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas em relação a determinadas qualidades, atributos ou comportamentos). O currículo “fala” de alguns sujeitos e ignora outros; conta histórias e saberes que, embora parciais, se pretendem universais; as ciências, as artes e as teorias trazem a voz daqueles que se auto atribuíram a capacidade de eleger as perguntas e construir as respostas que, supostamente, são de interesse de toda a sociedade. (LOURO, 1997, p. 64)

São muitos os dispositivos pedagógicos usados em favor da docilização e domesticação de corpos nos moldes da heteronormatividade, sobretudo pela rejeição à corporeidade dissidente, disseminando e perpetuando as noções de errado e abjeto sobre tudo o que não se encaixar àqueles moldes. Ao passo que a heterossexualidade é compulsória e pedagogicamente normalizada na escola como sexualidade hegemônica, ‘outras’ são constantemente vigiadas, controladas e até punidas - com o apagamento, o silenciamento, a invisibilização, a exemplificação como “erro”.

Para tal verificação, basta foliar as páginas do material didático – da educação infantil ao ensino médio – e flagrar os exemplos heteronormativos em ilustrações, em representações ou pela ausência de ‘outros’; ou ainda observar a organização dos espaços da instituição – das brincadeiras, dos armários (devidamente identificados por gênero), dos banheiros, da quadra de esportes (sitiada ao exercício das masculinidades).

Dentre os diversos espaços em que é possível proporcionar oportunidades de construção e reconstrução de conhecimentos, a escola é formalizada como lugar destinado à formação e à transformação de sujeitos – para o bem ou para o mal. A educação atual, segundo Miskolci (2012):

[...] se constitui em um conjunto de técnicas que busca fazer o Outro ser do jeito que a gente quer. [...] a gente aprende a ensinar como se ensinar fosse um processo bem-sucedido em que, no final, todo mundo pensa como você, age como você e vive como você. [...] ao invés de educar para homogeneizar ou alocar confortavelmente cada um em uma gaveta, estejamos começando a aprender a nos transformar por meio das diferenças (MISKOLCI, 2012, p. 49)

Nem sempre os propósitos pedagógicos que se disfarçam de instrumentos do bom viver materializam-se pela ordem do respeito e da tolerância às diversas subjetividades; há de se considerar que muito do que se pode ver na sociedade hoje é fruto da educação perpetrada nas escolas.

Conforme salienta Araújo (2017):

[...] é preciso que se considere que o modelo heterossexual é dado como a prática da normalidade, mesmo que saibamos que de fato é uma construção social na qual a separação entre homens e mulheres é muito mais significativa nas suas relações de poder do que no formato das genitálias. Dessa forma, a heteronormatividade vai sendo construída a partir da promessa de cada nascimento. Ou você nasce homem ou nasce mulher e todo o arsenal instrumental lhe é disponibilizado para fazer valer a sua secreta genitália. Esse arsenal é composto de discursos, de definição de cores, modelos de vestir, maneira de sentar, de escolhas da profissão, de frequentar lugares, horários, cuidar de certas tarefas de subsistência, formas de amar, de construir alianças, práticas sexuais, enfim, todas as atividades humanas servirão para dar pistas sobre a sua genitália que poderá ser presumida, mas quase nunca mostrada [...]. (ARAUJO, 2017, p. 137)

Vale ressaltar que a formação e a produção dos indivíduos perpassam por generificações<sup>1</sup> enquanto sujeitos atravessados pela institucionalização de posturas, gestos, condutas, modos de ser, de falar e de agir social e devidamente modelados para corpos masculinos e femininos. E, por entremeios discursivos foucaultianos alusivos ao poder disciplinar,

---

<sup>1</sup> (...) o substantivo *gender* (gênero) foi desdobrado em *gendered*, termo traduzido como “generificado” ou “generificada” - indicando uma pessoa, grupo, espaço etc. foi tocado ou passou pela rede de processos inclusos nas dinâmicas de gênero. O verbo “generificar” e o substantivo que desdobrei dele, “generificação”, também seguem a mesma lógica (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 17-18).

Louro (1997) assente que os gêneros são produzidos nas e pelas relações de poder que se desenrolam por um longo e paulatino processo de “normalização” de condutas.

As vertentes sociais que buscam impedir transformações educacionais e legais que garantem equidade a grupos historicamente subalternizados - como homossexuais, lésbicas, gays, transgêneros, travestis, pessoas intersex, entre outros – erroneamente têm sido caracterizadas como formadas por fundamentalistas religiosos, mas estudos recentes mostram ter também muitos membros laicos e agnósticos cuja aliança é apenas eventual e tácita. Em comum, partilham de uma visão política autoritária de sociedade e a recusa a mudanças legais, culturais e – sobretudo – educacionais que coloque em xeque antigas hierarquias sexuais e de gênero (MILKOLCI, 2017, p. 40)

Meritório é pontuar que a escola se insere nesse jogo de relações de poder e de saber, que torna a diversidade/dissidência um problema ao sistema heteronormatizador, porquanto pressupõe singularidades e subjetividades várias cuja possibilidade de controle/docilização não se articula tal qual a heteronorma pressupõe. Lamentavelmente, as negações, as exclusões e os silenciamentos no espaço escolar relativos às questões de gênero e sexualidade ainda estão presentes. O espaço para a docilização se configura em uma estrutura organizada para a prática do cerceamento ou confinamento de corpos que os torne suscetíveis às ações do poder, ordenação que dificulte a dispersão, as trocas, a interação, a participação ativa do processo de construção de saberes.

É preciso pontuar que o espaço educacional percorreu o tempo atuando como instrumento de normalização, bem como os processos e os sujeitos responsáveis pela formação de outros sujeitos, no intuito de formatá-los em favor de um sistema de docilização de corpos, função estrutural dos chamados “aparelhos ideológicos e repressivos do Estado”, conforme sustenta Althusser (1980). Até porque é na escola que o indivíduo passa ter contato com as normativas prescritas a ele enquanto ser social, bem como passa desenvolver a consciência de si dentro do coletivo e sobre as demandas da sociedade sobre ele; são muitas as descobertas para além do contexto familiar que são deflagradas na escola, conforme afirma Miskolci (2017):

[...] é aí que descobrimos que somos acima do peso, ou magros demais, feios, baixos, gagos, negros, afeminados. Em suma, é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de uma forma muito violenta. (MISKOLCI, 2017, p. 42)

Ainda que Louis Althusser (1980) discrimine os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) dos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) por estes funcionarem à base da violência de forma expressa, daqueles se valem predominantemente da ideologia para instituir seu poder; esse autor salienta que não há aparelhos puramente ideológicos ou repressivos. Dessa maneira, não é possível não reconhecer o quão opressiva e repressiva é a escola, são comuns, explícitas e, por muito tempo, até “justificadas” as violências executadas no espaço escolar, seja pelo silenciamento, isolamento e exclusão de sujeitos “desajustados” à norma, seja pela própria organização/infraestrutura/ordens arquitetônicas<sup>2</sup> desse estabelecimento.

Atos isolados de violência emergem quando formas anteriores, invisíveis de violência, se revelaram ineficientes na imposição de normas ou convenções culturais. Estes atos chamam mais nossa atenção, mas não podem nos iludir como sendo as únicas formas de violência que se passam no convívio social. Na verdade, ironias, piadas injúrias e ameaças costumam preceder tapas, socos ou surras. (MISKOLCI, 2017, p. 35)

É na escola que a construção de “sentidos” se faz de modo regular, formal; sentido que é atravessado ideologicamente por uma hierarquia de significados que vai do aceitável ao anormal, e a “afronta” a essa ordenação coloca o sujeito em um lugar passível de abjeção; da ordem sexual à constituição de gênero – maciçamente organizadas em uma perspectiva heteronormativa. Destarte, muitos são os sujeitos que são tornados alvos de injúria, de violências várias da “bicha” ao “sapatão”, o propósito não é apenas denominar o outro, mas imprimir um rótulo pejorativo classificatório, um objeto de nojo, um ser poluidor de quem se quer ter distância pelo medo de ser contaminado (MISKOLCI, 2017).

As interdições articuladas por docentes, coordenadores e até funcionários de instituições de ensino acabaram tornando-se formações discursivas normalizadas e normatizadas, uma vez que acabam por reproduzir, de modo geral, o “pensar” de uma sociedade adversa à diversidade, por mais latente que seja. Segundo Oliveira (2018, p. 164), os “Discursos religiosos, médicos e do direito ecoam por espaços variados e chegam aos ouvidos da bicha para informar o quanto ela está em desacordo com as normas e como está sujeita a ações coercitivas”.

---

<sup>2</sup> “As ordens arquitetônicas são tecnologias de construção de gênero, de discriminação, a exemplo dos banheiros.” (MISKOLCI, 2017, p 43).

As ideologias perfazem as mentes, os corpos, as relações no tempo e no espaço; com base nessa perspectiva, é possível assentir que elas se transformam na medida das existências e das demandas individuais e coletivas. Peremptório é dizer que os gêneros perfazem-se no âmbito das relações sociais, diferenciando-se por entre o espaço (conjunturas sociais) e o tempo (momentos históricos), considerando-se uma pluralidade de grupos étnicos, religiosos, raciais, de classe; ressignificando-se e desconstruindo hierarquias (LOURO, 2014).

[...] não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-los apenas como uma imposição externa realizada por meio de normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado –, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana. (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39)

No tocante às implicações teórico-políticas sobre a noção de gênero em dada sociedade, os sujeitos, de modo não linear, constituem-se como homens e mulheres por meio das mais variadas práticas sociais e instituições. Pode-se afirmar que esse processo se faz contínuo, progressivo e condensado em práticas e simbologias paulatinamente reforçadas através dos meios de comunicação de massa, do cinema, das músicas, da literatura, dos brinquedos e brincadeiras; a fim de que sejam reconhecidas, problematizadas e, por conseguinte, naturalizadas (MEYER, 2013, p. 18-19).

A sociedade incentiva essa forma “comportada”, no fundo, reprimida e conformista, de lidar com o desejo, inclusive por meio da forma como persegue e maltrata aqueles que são cotidianamente humilhados sendo xingados de afeminados, bichas, viados, termos que lembram o sentido original de *queer* na língua inglesa. (MISKOLCI, 2017, p. 33)

Foi apenas em finais da década de 1990 que os Estudos Culturais<sup>3</sup>, os Estudos Pós-Coloniais e a Teoria *Queer*, sobretudo pelos chamados Saberes Subalternos, que as questões étnico-raciais e sexuais, apesar das resistências, passaram a ser discutidos no seio educacional brasileiro, e

---

<sup>3</sup> Os Estudos Culturais surgem em meio às movimentações de grupos sociais os quais visavam a apropriação de instrumentais, de ferramentas conceituais, de conhecimentos que emergiam de suas leituras de mundo, rejeitando tudo o que se interpunha, ao longo dos tempos, aos desejos em detrimento de uma cultura fundamentada em oportunidades democráticas, por meio de uma educação de livre acesso, em que a população pudesse ter seus saberes valorizados e seus interesses contemplados (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003).

muitos professores passaram a reavaliar os interesses educacionais que impunham, por vezes “de forma invisível e até silenciosa, modelos de comportamento, padrões de identidade e uma gramática moral autoritária a jovens e crianças” (MISKOLCI, 2017, p. 39).

Os Saberes Subalternos, por sua vez, surgiram da percepção – curiosamente tardia – da existência de uma diversidade de grupos ditos “minoritários” propositalmente “esquecidos” pelas ciências humanas e sociais, de natureza vulnerável e condição subalternizada, quais sejam: mulheres, homossexuais, *gays*, lésbicas, travestis, transgêneros, pessoas *intersex*, entre outros.

Sob hipótese alguma se quer aqui justificar quaisquer formas de violência direcionadas à população dissidente, contudo, faz-se relevante compreender como essas manifestações de repúdio são engendradas e como as pessoas são adestradas a promoverem toda sorte de extirpações sociais. Por serem veladas, muitas violências simbólicas contra corpos ou performatividades que azulem dos modelos de feminilidade e masculinidade vigorados na atual sociedade sequer são notadas como o são - violências -, sendo minorizadas ou descredibilizadas por ‘circunstâncias’ e ‘comportamentos’ ‘justificáveis’.

A sociedade criou uma espécie de ordem espacial que serve para guiar os indivíduos na caminhada do dia a dia. Cada espaço tem uma ou algumas funções específicas: a igreja é para rezar, a praça para conversar com os amigos ou para namorar, a cozinha para fazer comida, a sala para receber os hóspedes, o quarto para dormir, a garagem para colocar o carro, o banheiro para fazer as necessidades fisiológicas, etc. A escola também tem uma cartografia e um ordenamento; nas décadas de 1930 e 1940, por exemplo, as mulheres não podiam estudar com os homens; na década de 10 do século XXI, as mulheres não podem usar o mesmo banheiro que os homens e os homens não podem usar o mesmo banheiro que as mulheres. (ANDRADE, 2015 p. 156)

A docilização de corpos ainda é tão imperioso neste tempo que mesmo os sujeitos cisgêneros héteros que apresentem dado comportamento ‘suspeito’ – uma forma de andar, uma demonstração de afeto ou gestos de carinho em público –, ou seja, ‘similar’ a um desviante, são, com frequência, alvo de violências várias (xingamentos, agressões, piadas, abordagens preconceituosas). Em tempos muito recentes, mãe e filha, pai e filho, irmãos gêmeos estiveram nesse lugar ‘desviante’ ao demonstrarem afeto uns pelos outros em espaços públicos, comportamentos estes lidos e interpretados por outros ‘vigilantes’ como afronta a seus moralismos doentios.

É com base nessa dinâmica que encontraremos uma pedagogização das relações sociais em três sentidos: na perspectiva de uma falsa “pedagogização”, porque limitada às regras e às normas de obediência e controle que vêm do exterior, mas também na perspectiva de sua restrição a um grupo social, e ainda no fato das formas escolares estarem autonomizadas de outras relações sociais. A grande revolução do século XIX foi exatamente a substituição da pedagogização das relações sociais pela escolarização; mais que tornar gestos e ações previsíveis, foi preciso indicar o caminho da produção da previsibilidade, não mais para um grupo restrito, cuja aprendizagem parecia estar concluída, mas para toda a sociedade. (VEIGA, 2002, p. 99)

Em se tratando de linguagem, disciplina e corpo, pode-se afirmar que a performatividade corporal é um instrumento linguístico e político; por meio dele, é possível realizar leituras subjetivas, performar sociopoliticamente, é possível perceber o outro em seu estado de ser individual, político e coletivo. Nesse sentido Kant (1996, p. 26) assente: “Ser disciplinado. Disciplinar que dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvagerias”. Dessa maneira, pode-se afirmar que a disciplina é um exercício de poder que se materializou no seio pedagógico na perspectiva de domesticar sujeitos por meio de estruturas corretivas psicológicas com vistas a um propósito ideológico.

Na definição foucaultiana, o sentido da materialidade do corpo está da sua validade enquanto força útil e produtiva para o sistema, e a escola cumpre o seu papel enquanto aparelho ideológico ao conduzir/produzir esse corpo enquanto objeto e alvo de poder, passível de formatação; dessa forma, Foucault (2011, p. 132) infere que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado”.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 2011, p. 133)

Para além do espaço e do tempo instrumentos de docilização de corpos, Foucault (1987), no livro “Arqueologia do Saber”, acende a discussão sobre as formações discursivas que atuam também como mecanismo docilizador de corporeidades, na medida em que, na condição de promotores enunciativos dos objetos de conhecimento, configuram-se

como codificadores e normativadores ideológicos. Entende-se, dessa maneira, o discurso como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (FOUCAULT, 2011, p. 59).

Os corpos constituem-se, nesse sentido, objetos discursivos que se articulam e se estruturam na perspectiva de outros corpos conforme normativas que possibilitam a formação de elementos compostos a partir das condições de surgimento histórico e, numa conjuntura perpassada pela hierarquização de poder, as corporeidades são atravessadas por estruturas discursivas, como a palavra. Em “Microfísica do Poder” (2015, p. 45), Foucault elenca uma série de elementos que exercem o controle desses corpos por meio do processo disciplinar, como as atitudes, os gestos, os comportamentos, os hábitos, as rotinas, os discursos; “são procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo corpo social”.

Conforme já abordado, a escola atua na concretização de padrões ideais de comportamento, promovendo a discriminação entre os sujeitos que estão dentro ou fora dos moldes, hierarquizando saberes e corpos, homogeneizando subjetividades e excluindo aqueles desviantes, segundo as noções de normalidade já preestabelecidas.

A tecnologia de poder disciplinar vai “escavando” nos indivíduos “interioridades” que eles não possuem, vai fabricando neles diferenças que os fazem reconhecíveis, para agrupá-los ou separá-los para manejá-los. É exatamente a identidade individual a maior fabricação das disciplinas: um nome, uma classe, um sexo, uma idade, uma peculiaridade, um talento, uma profissão, um lugar de morar, um pertencimento afetivo – são esses os materiais de que o poder se serve para sujeitar, isto é, para fazer de cada, um sujeito. (BELTRÃO, 2000, p. 44)

No rol da fabricação de especificidades e da estratificação identitária, Foucault (2004, p. 232) define a *subjetividade* como “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”. Destarte, no propósito de uma suposta construção individual ou uma versão particularizada de um sujeito único e específico, a subjetividade não passa de uma construção social coletiva, cuja performatividade é construída e disseminada por formações discursivas que validam determinados modos de pensar, agir e cuidar de si.

[...] o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo caso um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constituiu assim uma prática social [...]. (FOUCAULT, 1985, p. 50)

Catagóricas são a subversão e a transgressoreidade no que se refere ao processo de docilização de corpos dentro do espaço escolar, sobretudo por corporeidades dissidentes, seja por meio do conhecimento de si e do reconhecimento da subjetividade que se manifesta conforme ou não a performatividade que não se deixem assujeitar às normatividades ditas hegemônicas nem se permitam silenciar por formações ideológico-discursivas repressoras.

### 3. *Considerações finais*

O presente artigo objetivou discorrer sobre os entremeios da docilização de corpos no espaço pedagógico perpetrados por formações ideológico-discursivas de base heteronormativas que ainda se fazem enfáticas diante de corporeidades dissidentes, e assim o fez na medida em que trouxe à discussão as perspectivas teóricas de Althusser e Foucault ao trabalhar o papel e a atuação da escola como enquanto aparelho ideológico do Estado e como espaço de domesticação de subjetividades desviantes.

No tocante ao percurso discursivo sobre as corporeidades dissidentes que são recorrentemente vigiadas e controladas dentro e fora dos muros da escola, este estudo se valeu dos Estudos Culturais, dos Estudos Subalternos e dos Estudos *Queer*, discorrendo sobre os meandros e uma sociedade que ainda se manifesta resistente e adversa à existência e à performatividade de corpos subversivos à heteronorma. Foram elencados os mecanismos pedagógicos historicamente manuseados em favor das violências simbólicas, psicológicas e físicas contra os corpos dissidentes e/ou supostamente desviantes; agressões estas especialmente disseminadas por formações discursivas recorrentes no seio social e corroboradas no escolar.

Dessa maneira, não restam dúvidas sobre as articulações de poder que permeiam as relações pedagógicas, paulatinamente promovidas pela docilização e domesticação de corpos e subjetividades que são, de forma

rotineira e perene, infligidas aos sujeitos como via de manutenção de hierarquias, de discriminações, de negações e de silenciamentos.

Conclui-se, sobremaneira, que urge uma pedagogia transgressora e subversiva que perfaça discursos de valorização de corporeidades a salvo de marcas de padronização de gêneros, de sexualidades, de raça ou social, para que o controle e o enquadramento de corpos passem a compor o rol de práticas de um passado cada vez mais distante e obsoleto. Entende-se que, para tanto, a transformação de valores e práticas relativas aos corpos seja deflagrada de maneira mais efetiva, a começar pela desconstrução de padrões, de estereótipos e ideais do que quer que seja dentro e fora do espaço escolar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ANDRADE, L. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015.

ARAUJO, D. B.; COLLING, L. Por uma escola que aprenda com as diferenças. In: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago (Orgs). *Curriculo, sexualidade e ação docente*. Petrópolis-RJ: DP et Alii, 2017, p.131-56.

BELTRÃO, I. R. *Corpos doces, mentes vazias, corações frios: didática – o discurso científico do disciplinamento*. São Paulo: Imaginário, 2000.

CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global – compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo*. 3. ed. trad. e rev. técn. de Marília Moschkovich. São Paulo: NVer-sos, 2015.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L.H. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia, 2003. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 23. Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Trad. de L.F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: M. Foucault. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. p. 264-87. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir – Nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Microfísica do Poder*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOOKS, B. *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1996.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – o ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’. In: LOURO, Guacira Lopes *et al.* (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 41-52.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEYER, D. E. In: LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

MISKOLCI, R. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

\_\_\_\_\_. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

\_\_\_\_\_. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs). *Afirmando diferenças: montando o quebra cabeça da diversidade da escola*. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2005, V.1, p. 13-26.

OLIVEIRA, M. R. G. Trejeitos e trajetos dos gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação. In: *Periódicus, Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*. Salvador, n. 9, V. 1, maio-out. 2018. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

RAMOS, A. C. R. S.; BUSSINGUER, E. C. A. A modelação de subjetividades e a docilização dos corpos no contexto de prevenção do HIV. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499348512\\_ARQUIVO\\_textocompletoversaosubmetidaem06-07-2017.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499348512_ARQUIVO_textocompletoversaosubmetidaem06-07-2017.pdf)> Acesso em: 28 jan. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *O Mestre Ignorante*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VEIGA, C. G. A Escolarização Como Projeto de Civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Trabalho apresentado na sessão especial realizada na 25ª Reunião Anual da ANPed. Caxambu-MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002.

VIEIRA, T. R. *Nome e sexo: mudanças no Registro Civil*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008.

WEIL, P.; TOMPAKOW, R. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. Petrópolis: Vozes, 2015.